



**A INTERSETORIALIDADE E O CUIDADO PSICOSSOCIAL:
REFLEXÕES A PARTIR DE INTERVENÇÕES JUNTO À MÃE
USUÁRIA DE CRACK E COM TRAJETÓRIA DE RUA**

***INTERSETORIALITY AND PSYCHOSOCIAL CARE: REFLECTIONS
FROM INTERVENTIONS TO CRACK'S US MOTHER AND WITH
STREET TRAJECTORY***

Peter Augusto Da Silva¹

Resumo

A partir de uma experiência profissional adquirida em uma Unidade do Centro de Referência Especializado em Atendimento para População em Situação de Rua (Centro POP), o presente artigo visa contribuir nas reflexões teórico-metodológicas e no debate profissional, no âmbito da conduta intersetorial no acompanhamento e na atenção psicossocial desenvolvida junto às mães usuárias de crack e com trajetória de rua. O percurso metodológico consistiu-se, por meio, de um breve estudo de caso à luz de uma revisão bibliográfica sobre a temática, considerando a perspectiva crítico-dialética. Objetiva-se contribuir nas discussões das políticas sociais sobre a substancialidade de uma conduta intersetorial e a perspectiva da centralidade de ações psicossociais que se balizem na oferta de um acompanhamento que desempenhe um suporte necessário às famílias, viabilizando o cumprimento do seu papel na defesa dos direitos, na construção de sua cidadania e no exercício da função protetiva familiar.

Palavras-chave: Psicossocial; Intersetorial; Mães usuárias de crack; Cidadania.

Abstract

Based on a professional experience acquired in a Unit of the Reference Center Specialized in Attendance for Population in Situation of Street (POP Center), the present article aims to contribute in the theoretical-methodological reflections and the professional debate, in the scope of the intersectoral conduct in the accompaniment

¹Graduado em Serviço Social, pelo Centro Universitário Una (2017). Pós-graduando em "Intervenção Psicossocial no contexto de políticas públicas" (2018).

SILVA, P.A.

A intersectorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua

and in the psychosocial care developed with mothers using crack and street trajectory. The methodological course consisted of a brief case study in the light of a bibliographical review on the subject, considering the critical-dialectical perspective. The objective is to contribute in the discussions of social policies on the substantiality of an intersectoral conduct and the perspective of the centrality of psychosocial actions that are based on the offer of a follow-up that plays a necessary support to the families, making possible the fulfillment of their role in the defense of the rights , in the construction of their citizenship and in the exercise of the family protective function.

Keywords: Psychosocial; Intersectoral; Mothers who use crack; Citizenship.

INTRODUÇÃO

O atendimento psicossocial às mulheres, mães, usuárias de crack e com trajetória de rua tem ocupado no cenário nacional, no âmbito profissional e midiático um lugar de destaque apresentando desafios, polêmicas e concepções que se divergem.

Ao problematizar a temática supracitada, percebe-se a implicação substantiva de realizar uma discussão mais crítica que contemple na totalidade do fenômeno, e se desempenhe uma análise mais ampla desenvolvendo-se estratégias psicossociais integradas de atenção e cuidado.

Diante disso, observa-se que a escassez de estudos que tecem sobre o desenvolvimento de experiências profissionais com mães usuárias de crack e com trajetória de rua, evidencia o desafio de consubstanciar um conteúdo sinóptico sobre o tema com a prática profissional.

Nesse contexto, a relevância do estudo em tela se justifica pela necessidade de contribuir com uma análise crítica sobre o crack e seus usuários, ressaltando o contexto de exclusão social e buscando romper com discursos acadêmicos e no âmbito das políticas públicas – de cunho ações individualizante e moralista – que culpabilizam os sujeitos por seus problemas ocasionados pelo uso problemático do crack, excluindo ainda mais o usuário.

Portanto, o presente estudo tem como finalidade contribuir no debate crítico sobre o referido tema, ponderando as particularidades que peculiarizam o significado e o

SILVA, P.A.

A intersetorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua
aspecto relevante que o acompanhamento desempenha na condução intersetorial desses casos. A intenção ainda é desdobrar de forma breve o aspecto medular que o eixo de intersetorialidade imprime na perspectiva de uma atenção psicossocial.

O primeiro item visa refletir brevemente sobre aspectos relevantes nas discussões do lugar das drogas – especificamente o crack –, contextualizando a partir de uma ótica que compreende o uso das drogas em um processo dialeticamente articulado entre indivíduo, substância e contexto sociocultural.

O segundo item, abordar-se-á, sobre as condições e implicações do marcador social, especificamente de gênero, paralelamente a condições de vulnerabilidade social na vida dos sujeitos, apontando também os desdobramentos de uma “desproteção social” na trajetória biográfica da vida dessas pessoas.

E por fim, no terceiro item, objetiva-se apontar a característica sublimar da conduta de uma abordagem intersetorial na construção de intervenções que se balizaram pela criação de estratégias no acesso aos direitos de cidadania, de proteção social e de perspectiva do fortalecimento da função protetiva familiar.

2 – O Crack no Contexto da Exclusão Social

É possível afirmar que durante o desenvolvimento histórico da civilização humana, o consumo de substâncias psicoativas – em seus diversos modos de uso – esteve presente e permeando a vivência humana como um hábito ou prática, atribuindo ao uso inúmeras significações e contextos.

Antes de avançar nessa perspectiva, faz-se necessário contextualizar brevemente sobre os aspectos, características e vivências apresentadas durante o período de acompanhamento, que se constituíram como elementos substanciais para a construção de uma atenção integrada, considerando a especificidade da sua subjetividade e o seu contexto histórico-social.

A gestante tem 28 anos, estava em situação de rua², residindo em um *container* não convencional, não está inserida no mercado de trabalho, sobrevive com a renda

² Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente,

SILVA, P.A.

A intersectorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua adquirida esporadicamente pelo seu companheiro, faz uso abusivo de crack, assevera não possuir vínculos familiares, relata estar em sua quinta gestação, no entanto não é titular da guarda dos filhos anteriores e saiu de casa, após conflitos intrafamiliares com o pai.

Nesse contexto, buscou-se desenvolver uma análise do caso, inspirado na explanação de Olievenstein (1988), que problematiza a ideia do consumo das drogas em uma perspectiva equacionada por três aspectos: o indivíduo, a substância psicoativa e um determinado contexto sociocultural.

Esses três aspectos – dialeticamente articulados – são fundamentais para direcionar uma análise de cunho sociológica do consumo do crack, bem como o lugar ocupado por essa substância na trajetória de vida dessas mulheres. Essa perspectiva é fundamental para orientar a intervenção e o papel das políticas públicas diante essa dinâmica estabelecida.

É importante considerar que, em decorrência do desenvolvimento capitalista, a hegemonia neoliberal, entre outros aspectos políticos, sociais e econômicas que orbitam os pressupostos do capital, ocasionou as múltiplas expressões da questão social³. Assim, a exclusão social se torna uma das faces da acumulação capitalista, consubstanciando e configurando-se como um contexto sociocultural na vida de alguns sujeitos.

É nesse contexto de exclusão dos direitos, de ausência de oportunidades, situações de vulnerabilidades, evasão escolar precoce, trajetória de rua, em situação de pobreza extrema, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e outros

bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único)

³ Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

SILVA, P.A.

A intersectorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua aspectos que lustam o panorama opressor do capitalismo que se encontram mulheres/gestantes usuárias de crack e com trajetória de rua. ⁴

Pobreza não pode ser definida apenas como carência. Se assim fosse, não teria causas sociais. [...] uma definição razoável seja aquelas que entende como “expressão do acesso às vantagens sociais”, denotando com isso que faz parte da dinâmica dialética da sociedade, que divide-se entre aqueles que concentram privilégios, e aquele que trabalham para sustentar os privilégios dos outros. Ser pobre não é apenas não ter, mas ser coibido de ter. Pobreza é, em sua essência, repressão, ou seja, resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens. (DEMO, 1996, p. 13).

Contextualizar o capital nessa perspectiva de exclusão social permite compreender e decifrar a legalidade social⁵, apreendendo o movimento do ser social na sua trajetória e da estrutura social submersas na sua facticidade (PONTES, 2000), viabilizando uma análise mais totalizante da demanda e seus os atravessamentos sociopolíticos e históricos na vida desses sujeitos.

Nesse sentido, Souza (2003) explana sobre a dominação simbólica subpolítica – que traveste de universal e neutro, ocultando seu caráter particular – que suscita um valor diferencial entre os seres humanos, fundada âmbito institucional, como mercado e Estado, implicando em uma hierarquia, definindo quem é ou não “gente” e ou “cidadão”.

Ancorado a partir desses cenários de exclusões, no ato de se drogar – considerando a equação apresentada por Olievenstein (1988) anteriormente – existem diversas possibilidades incumbidas.

Nessa perspectiva, “a droga aparece aí como uma técnica substitutiva que auxilia o sujeito frente aos percalços insuportáveis da vida” (SANTIAGO, 2001a, p. 14), como uma tentativa de fugir de cotidiano intragável e de uma vida sem futuro e esperança (Souza, 2016).

⁴ Dados extraídos sobre o perfil dos usuários de crack no Brasil na “Pesquisa Nacional Sobre o uso de CRACK, realizada pela FIOCRUZ, em 2014. (BASTOS & BERTONI, 2014).

⁵ A legalidade social é responsável pelas relações moventes que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre as estruturas sócio-históricas.

SILVA, P.A.

A intersectorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua

Recentes estudos e pesquisas de cunho sociológico evidenciam que em determinados contextos sociais – especificamente contexto de desigualdades – o crack é apontado como um dos elementos presentes na trajetória de vidas em face da exclusão e como elemento que impõe limites nas possibilidades de inserção social.

As entrevistas colhidas permitiram identificar a visão e a explicação dos indivíduos em questão sobre sua situação e revelou para nós que a fome, a falta de moradia e de bens, a falta de segurança, a sensação de medo e desconfiança, os laços frágeis com a família e amigos, as experiências de rebaixamento moral, o abandono, a rejeição afetiva, a falta de lazer formam o quadro da miséria moral da ralé, uma experiência geral vivida como mal-estar e traços de uma vida indigna, esvaziada ou empobrecida de reconhecimento social, principalmente nas relações primárias. (SOUZA, 2016, p. 63).

A partir da concepção sociológica de Souza (2016), discutir as características de pano de fundo – especificamente o caráter classista – do público em tela é imprescindível para realizar uma análise que supere uma concepção moralizante e individualizante do uso do crack.

O autor argumenta que os indivíduos são produtos da sociedade e da socialização familiar – responsável por construir a reprodução de classe –, sendo que suas escolhas, marcas e estigmas são reflexos dessas heranças.

[...] e por certos pressupostos emocionais e morais como capacidade de autodisciplina, de concentração, de pensamento e cálculo prospectivo etc., algumas classes são literalmente condenadas à marginalidade, enquanto outras ao sucesso mundano.

(SOUZA, 2016, p. 35).

Desconstruir esses discursos individualizantes que culpabilizam os sujeitos pelos seus problemas sociais – de uma perspectiva conservadora, meritocrática e burguesa – permite elevar a discussão para uma abordagem que desvele sobre os privilégios de classe.

Avançando nesse espectro, Souza (2016) argumenta que o perfil majoritário dos usuários de crack se constitui pelo seu abandono afetivo, social e pela experiência de humilhação cotidiana que ela implica.

SILVA, P.A.

A intersetorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua
Esse perfil está em consonância com a trajetória de vida da mãe usuária de crack do presente estudo. Segundo seus relatos, seu passado social foi demarcado por uma ausência de infância, privação de direitos, autoritarismo do pai, contando sobre experiências de suas relações e socializações primárias⁶, destacando sua relação com os pais, asseverando que “fui criada igual um animal, como um burro. Fizeram isso com meu pai, né?! Aí ele foi lá e fez com os filhos. E a minha mãe, ela morreu eu era muito novinha, mas eu lembro dela. Isso me dá tristeza”.

[...] a exemplo dos usuários de crack que não foram, por muito tempo, integrados ao conceito de pessoa e que, diante disso, são alvos de insistentes e constantes experiências de desrespeito, indiferença ou privação de direitos. (SOUZA, 2016, p. 62).

Um aspecto a ser ressaltado do presente caso – utilizado como pano de fundo para discussão – refere-se à ideia apresentada por Souza (2016) em que os usuários de crack não estiveram integrados ao conceito de pessoa. Na história da usuária, com seus *26 anos de idade*, ela nunca foi portadora de uma identidade civil ao longo de sua vida.

Considerando a documentação civil como acesso a um direito básico, durante o acompanhamento técnico do caso e após os encaminhamentos realizados, com a emissão do documento supracitado, ela relata que “*Agora com a identidade eu sou gente, né?! Agora é fase de ser gente, de ser mãe e de cuidar da minha casa*”.

A inabilidade comportamental da usuária diante a emissão de seus documentos, pode estar relacionada a um componente do cuidado parental – paralelamente ao acúmulo de exclusões em outros âmbitos da vida –, sobre os aspectos afetivos e disciplinares, que segundo Souza (2016) estão vinculados a uma configuração societária e também institucional, que de maneira dialética, define os sujeitos “preparados” e “despreparados” para resolver tais tarefas.

As potencialidades do humano se desenvolvem em terrenos com condições diferenciadas, universos de transmissão cultural e afetiva que amarram as

⁶ O quadro de socialização configura uma série de tendências, tanto em termos de distanciamento como em termos de aproximação dos recursos culturais e morais, indispensáveis no itinerário de conquista de uma posição social pessoal. (Souza, 2016, p. 80).

SILVA, P.A.

A intersetorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua
subjetividades dos envolvidos numa relação social. Os sucessos e os fracassos futuros podem ser entendidos como adaptações performáticas no circuito pessoal, mas que possuem elementos similares e estruturantes em frações de classe próximas, já que estas estão imersas em ambientes sociais que proporcionam alternativas de interação social muito parecidas. (Souza, 2016, p. 85).

Considerar esses precários recursos simbólicos e materiais acumulados no decorrer de suas trajetórias, implica compreender a importância dos instrumentos das políticas sociais em subsidiar, especialmente na socialização primária e secundária, em que o impacto dessa ausência do cuidado parental possa ser diminuído (Souza, 2016), por meio de ações institucionais que visem potencializar a função protetiva da família.

Nesse sentido, tematizar sobre a presente discussão a luz de uma abordagem sociológica, possibilita entender também sobre o aspecto da formação da identidade pessoal, ou como definido por Souza (2016, p. 191) “a questão de como atributos, capacidades, incapacidades, estigmas são socialmente atribuídos e incorporados pelos indivíduos em seus percursos biográficos em diferentes esferas, organizações e relações sociais”.

Discutir essa categoria – considerando sua imbricação com contextos de pobreza e desigualdade – implica na compreensão de que os problemas sociais mais frequentes que estão relacionados ao uso do crack, são problemas perpetuados pela exclusão social, relacionado à fragilização de laços na maioria das esferas sociais e na negação do conceito de pessoas a esses indivíduos⁷. (Souza, 2016)

Confirmando a teoria da “ralé estrutural”, tais trajetórias de exclusão geralmente começam pela formação de um “habitus precário” no contexto da socialização familiar, marcado pela ausência de disposições fundamentais para a conduta bem-sucedida na vida social futura e para a apropriação de recursos nas esferas do ensino formal e do trabalho: ausência de autodomínio, disciplina e pensamento prospectivo. (Souza, 2016, p. 193).

⁷ [...] a maioria [...] apresenta uma trajetória de enfraquecimento (ou mesmo rompimento) dos laços com esferas sociais decisivas para o valor social global dos indivíduos: desagregação das relações de reciprocidade e afeto na esfera da família, desistência escolar, inserção precária no mercado de trabalho. (Souza, 2016, p. 193).

SILVA, P.A.

A intersectorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua
Esse contexto de desigualdade social que a ralé estrutural⁸, constituída pelo “habitus precário”⁹, é apontada também na pesquisa realizada pela Fiocruz (BASTOS & BERTONI, 2014), que sinaliza o perfil de vulnerabilidade social da maioria das pessoas usuárias de crack no Brasil.

É importante salientar também que a perspectiva teórica apontada Souza (2016) referente à “ralé estrutural” não pretende reduzir o sujeito a essa condição, mas sinalizar – especificamente sobre “habitus precário no contexto da socialização familiar” – como contingente – portanto, modificáveis – na trajetória biográfica dessas pessoas.

Não obstante, pretende sinalizar que o patrimônio cultural herdado por essa “ralé” pode inviabilizar a inclusão nos diferentes espaços sociais, desconstruindo o discurso ilusório de igualdade, justificado pela meritocracia e evidenciando uma categoria, como apontado anteriormente, de subcidadania.

3 – O Uso do Crack e a Perspectiva De Gênero

O intuito do presente é item é aludir sobre a importância do recorte¹⁰ gênero nas análises e intervenções realizadas – especificamente no contexto de políticas públicas –, contribuindo por meio de uma breve síntese teórica, sobre as especificidades imbricadas no contexto de gênero e a substancialidade de demonstrar a necessidade de reconhecer a desigualdade gênero para,

⁸ A condição de “ralé estrutural” consiste em trajetórias individuais marcadas pela acumulação de desvantagens e exclusões em diferentes esferas sociais. Para Souza (2009), sua formação decorre essencialmente da constituição de um “habitus precário” na esfera da socialização familiar primária. (Souza, 2016, p. 305)

⁹ [...] disposições para o comportamento que não atende às exigências de inclusão nos principais campos da sociedade, reproduzindo um tipo social que a sociedade, no limite, não reconhece como humano. [...], ou seja, de um conjunto de disposições cognitivas e psicoemocionais precárias que orientam a ação, o pensamento e a avaliação do mundo e que torna os indivíduos pouco capacitados para cumprir as expectativas de atuação e inclusão nos diferentes espaços sociais [...] (Souza, 2016, p. 305-307).

¹⁰ O recorte étnico racial é importante ser considerado também, evidenciando outro marcador social “A maioria das mulheres se declarou como não branca (78,56% [IC95% 72,04-83,90]), o que também foi observado entre os homens (79,33% [IC95% 75,50-82,69])” (Bastos & Bertoni, 2014, p. 88).

SILVA, P.A.

A intersetorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua posteriormente, desempenhar ações públicas que visem reduzir os diferentes níveis de privilégio social.

Esse recorte faz-se necessário, uma vez que, em função da construção social opressora e de poder, que pauta-se na ideologia patriarcal, baseando-se em relações sociais desiguais de gênero, que historicamente submeteram as mulheres em situação de vulnerabilidade e exclusão.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a trajetória das mulheres usuárias de crack demonstram o lugar de excluídas dos excluídos, retratando uma sequência de desigualdades: pela precária inserção social, histórico de violência sexual¹¹, uso infrequente dos preservativos, exposição a situações de risco para doenças sexualmente transmissíveis, prevalência elevada de infecção pelo HIV, à gravidez inesperada, a discriminação e o preconceito ao acessarem os serviços de tratamento especializado, entre outros. (Bastos & Bertoni, 2014).

Na mesma pesquisa constatou-se que no Brasil, os usuários de crack são em sua maioria do sexo masculino constituindo-se em 78,68% e do sexo feminino 21,32%. Informa ainda que o tempo médio de uso feito pelas mulheres foi de aproximadamente 6 anos e o período relatado pelos usuários do sexo masculino foi de cerca de 7.

No entanto, ao identificar o número médio de pedras/porções de crack e/ou similares fumadas por mulheres, foram de 17,18 pedras por dia, ao passo em que os homens foram de 12,46 pedras/dia de uso. Evidenciando-se uma maior intensidade no abuso do crack e/ou similares.

Ancorado aos dados supracitados pode-se afirmar, conforme é sinalizam-se Wolle e Ziberman (2011), população feminina possui particularidades no tratamento do uso de drogas e que as diferenças de gênero e elementos socioculturais que expressam-se nas motivações de uso e nas consequências psicológicas.

Destarte, no que tange ao preconceito se torna ainda mais agravante, uma vez que, em decorrência do aspecto cultural historicamente construído sobre a imagem da

¹¹ É impactante a constatação de que 44,5% das mulheres que fazem uso regular de crack revelaram já ter sofrido violência sexual. São as excluídas dos excluídos, aquelas sob vulnerabilidade social ainda maior.

SILVA, P.A.

A intersetorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua
mulher enquanto sujeito social, como esposa, mãe, cuidadora, frágil e outros estereótipos dos papéis de gênero não condizem com os rótulos impostos socialmente. (Souza, Oliveira, & Nascimento, 2014).

Essa compreensão do uso feminino de crack como um caso moralmente pior, decorrente pelo fato de serem mulheres, atribuídos por valores de juízo moral, revelam as especificidades subjacentes no recorte de gênero e contribui na perspectiva de realizar análises que evidenciem os privilégios masculinos construídos historicamente e, conseqüentemente, de como é imperativo o rompimento de uma cultura sexista que perpassa também pelas ações institucionais.

É necessário que ultrapassasse a cultura de atribuir, por meio de uma valoração moral negativa, que é imputada e imposta a essas mulheres e passe a sinalizar como resultados de processos de exclusão, dominação e desigualdades.

Essa conduta cultural foi investigada e afirmada em pesquisa realizada com alguns profissionais de políticas públicas, evidenciou-se que essa cultura perpassa também pelo olhar institucional às mulheres usuárias de crack relacionados também com o papel feminino socialmente esperado¹².

Em vez de serem analisadas como sujeitos que precisam lidar com as contradições e desvantagens proporcionadas por assimetrias sociais de gênero, essas mulheres são percebidas apenas como mais complicadas, ou mais descontroladas, qualidades que constituiriam sua natureza psicológica. (Souza, 2016, p. 322).

Essa conduta cultural foi investigada e afirmada em pesquisa realizada com alguns profissionais de políticas públicas, evidenciou-se que essa cultura perpassa também pelo olhar institucional às mulheres usuárias de crack. ¹³

¹² Esse papel social esperado revela também um contexto de desigualdade das mulheres no Brasil, descumprindo um dos princípios fundamentais da Constituição Brasileira referente a igualdade de gênero, destacando assim, o contexto de vulnerabilidade social que as mulheres encontram e a importância de ações baseadas em uma concepção de equidade.

¹³ A conclusão de que o abuso de crack é hoje um problema fortemente social não significa minimizar ou secundarizar a importância das ações de saúde, até porque muita das ações de saúde pública tem forte cunho

SILVA, P.A.

A intersectorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua

Nesse sentido, Oliveira e Paiva (2007) avalia que conforme a condução e as prerrogativas de uma conduta para afastar o filho e a redução do consumo de drogas durante a gravidez pode contribuir para colocar as mulheres mais próximas nesses lugares socialmente atribuídos.

Portanto, é imprescindível a construção de um saber prático sensível às peculiaridades de gênero, que contemple nas peculiaridades desse segmento, propiciando a capacidade de mobilizar e transformar vínculos sociais como parte de um processo inexorável para que as respostas das políticas públicas sejam a partir de um ponto de vista da equidade e imprima nas respostas das políticas públicas um direcionamento de uma atenção humanizada com uma dimensão de integralidade pautando-se em suas especificidades.

4 – A AÇÃO INTERSETORIAL E A ABORDAGEM PSICOSSOCIAL

Esse item visa discutir brevemente sobre o conceito da abordagem psicossocial e sua contribuição na condução da experiência prática em tela, bem como apontar a perspectiva do cuidado de ações intersectoriais como estratégia de intervenção.

Nessa esteira, considera-se importante compreender que a concepção de uma abordagem psicossocial ¹⁴possibilita a compressão da história de vida do sujeito e suas vivências relacionadas ao conceito de estrutura social e familiar e suas experiências, implicando o entendimento do sujeito em sua totalidade.

Contempla, portanto, articulações entre o que está na ordem da sociedade e o que faz parte da subjetividade, do psíquico, concebendo o sujeito na multidimensionalidade da vida, na qual estão envolvidos aspectos de interação entre o físico, o psicológico, o ambiente natural e o social. (COSTA, 2014, p. 57).

social, na medida em que podem contribuir para reduzir as desigualdades sociais e buscar oferecer ou resgatar a qualidade de vida das pessoas. (Bastos & Bertoni, 2014, p. 150).

¹⁴ Nessa perspectiva, as relações do sujeito com suas redes familiar e comunitária passam a ocupar um lugar privilegiado, convocando os atores sociais envolvidos a participarem da compreensão dos processos em que estão inscritos e a se responsabilizarem pela transformação do seu entorno. Assim, uma ação psicossocial tenta compreender a complexidade do ser humano em seus processos de troca e no desenvolvimento de ligações baseadas nas experiências construídas individual e coletivamente. (COSTA, 2014, p. 57).

SILVA, P.A.

A intersetorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua

Nessa perspectiva, é possível afirmar que as relações estabelecidas pelo sujeito em suas redes familiar e comunitária são dimensões privilegiadas na compreensão da sua trajetória de vida.

Com base nessa explanação que caracteriza a abordagem supracitada, identificou-se no contexto familiar relatado pela usuária durante o acompanhamento, que as repetidas brigas e conflitos intrafamiliares, a fragilidade no estabelecimento de vínculo com o pai e sua trajetória de (des) proteção social¹⁵ e exclusão social revelam o processo de afastamento das possibilidades de acesso a qualquer forma de reconhecimento social como pessoa.

Embora os indivíduos nascidos em famílias da “ralé estrutural” tenham um patrimônio cultural de disposições que os torna descartáveis na maior parte das instituições sociais, são as instituições pelas quais os indivíduos passam em sua trajetória de vida que estabelecem o que esse passado acumulado efetivamente representa: uma sentença de exclusão a ser confirmada ou uma tendência contingente a ser revertida. (Souza, 2016, p. 306).

Conforme apontado por Souza (2016), as instituições sociais que perpassam pela trajetória de vida desses sujeitos operam enquanto projetores de horizontes de vida desses sujeitos.

Essa análise é primordial, uma vez que, as políticas públicas – operacionalizadas pelas instituições sociais – possuem um caráter ativo ao ter contato com os sujeitos em suas trajetórias sociais, sinalizando a possibilidade de reforçar as desvantagens cumulativas desses sujeitos em diversos âmbitos da sua vida, no entanto sinaliza dialeticamente a possibilidade de reconstrução e recriação de futuro desses sujeitos, revertendo ou reduzindo o acúmulo de exclusões.

Destarte, para que se assegure essa possibilidade de reversão, um dos elementos necessários para o trabalho desenvolvido refere-se à importância de trabalhar em

¹⁵ Para o Observatório de Desenvolvimento Social, o conceito de desproteção refere-se ao conjunto de carências que algumas pessoas estão submetidas. Nesse sentido, desproteção abarca as mais variadas formas de vulnerabilidade e risco social que contribuem para que determinados indivíduos não sozinhos apresentem dificuldades para superarem a condição em que se encontram.

SILVA, P.A.

A intersectorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua rede, pois possibilita um resultado mais eficiente do que ações isoladas, construindo a intersectorialidade ¹⁶contemplada pela integralidade dos saberes¹⁷. (BRASIL, 2015)

A preconização da intersectorialidade como motor da efetividade das intervenções considera-se as vulnerabilidades dos diferentes segmentos sociais e suas necessidades, fortalecendo a perspectiva de atenção sobre as condições que se encontram. (BRASIL, 2010).

Essa dimensão de trabalho intersectorial na rede de serviços está prevista também na nota técnica (Nº 01/2016/MDS/MSaúde) sobre Diretrizes, Fluxo e Fluxograma para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos.

Para serem efetivas, as ações para o fortalecimento das mulheres [...] para a proteção de seus direitos, dos direitos dos recém-nascidos, bem como para a criação de condições dignas que lhes proporcionem acompanhar o desenvolvimento e a educação de suas crianças, precisam traduzir-se em ações em rede. Tais ações devem ocorrer de forma integrada e articulada, envolvendo vários setores (saúde, assistência social, segurança pública, conselhos, representações da população de rua, defensoria pública e outros), orientados e sensibilizados para atuar sempre com base na garantia dos direitos humanos [...]. (BRASIL, 2016).

Essa perspectiva contempla o imbricamento e a relação dialética da inclusão de diversos atores sociais na construção, participação, articulação efetiva, a flexibilização, integração e politização das intervenções no âmbito de políticas públicas de enfrentamento do caráter multifatorial da pobreza, sob a égide da intersectorialidade. (BRONZO E VEIGA, 2007).

¹⁶ [...] o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território. Ou seja, ao invés de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida. O que Aldaíza Sposati tem chamado de atender a necessidade e não o necessitado. (PNAS, 2004, p. 44).

¹⁷ Se compreendermos o uso abusivo de álcool e outras drogas como um fenômeno constituído e determinado por múltiplos fatores, as ações necessitam contemplar essa pluralidade de saberes e fazeres. (BRASIL, 2015, p. 50).

SILVA, P.A.

A intersetorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua

Outro aspecto relevante apontado pela nota técnica citada refere-se à isenção por parte dos profissionais de “[...] qualquer julgamento, mas propiciar o apoio necessário para uma escolha consciente, desde que seja garantida a segurança e bem estar da criança [...]”. (BRASIL, 2016, p. 7).

É acrescentando ainda que é necessária a oferta de espaços de acolhida e escuta qualificada para essas mulheres e os recém-nascidos. Esses espaços devem ser caracterizados como espaços de cuidado nos momentos de vulnerabilidade durante a gravidez e após a alta da maternidade, promovendo o cuidado e assegurando a proteção desses sujeitos. (BRASIL, 2016).

[...] a necessidade de atuação conjunta [...] da mulher e da criança, tendo em vista a necessidade de se abordar tanto a questão da exclusão social e defesa de direitos, como as necessidades decorrentes do uso de álcool e/ou crack/outras drogas, bem como a garantia da saúde tanto da mãe quanto da criança. Dessa forma, ressaltamos a importância de que, para o bom êxito de um serviço que realize o acolhimento conjunto de mulheres usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém nascidos, faz-se necessário que, além de proteção social e construção da autonomia, a metodologia do serviço também englobe questões relativas às necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool e/ou crack/outras drogas e ao fortalecimento do vínculo e do cuidado, possibilitando à mãe incluir no seu projeto de vida o seu papel de cuidado, proteção e afeto em relação ao(s) filho(s) e garantindo a proteção e o desenvolvimento saudável da criança. (BRASIL, 2016, p. 8) .

A intersetorialidade permite analisar a convergência entre as facetas de exclusão social e a possibilidade de construção coletiva de setores de respostas técnicas de um tratamento pautando-se nas especificidades do caso. É um processo que contempla desde a ausência de renda, a dimensão da saúde, a inserção no mercado de trabalho, a identidade, dignidade social, os laços sociais e os aspectos subjetivos. (BRONZO & VEIGA, 2007).

É importante salientar que, além dessa perspectiva, a intervenção não pode se restringir apenas na busca de garantia dos direitos individuais, mas desdobra-se na articulação de instrumentos e aquisição de recursos/seguranças para que os pais tenham acesso à sustentação necessária para o bem-estar da família e o exercício da função protetiva família.

A intersetorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua

Por fim, avaliou-se a imperiosidade do acesso à habitação, benéficos e auxílios sociais, ao acompanhamento, as orientações sociofamiliar, encaminhamentos monitorados e outras ações que visem propiciar suporte e potencializar a família.

4 – Considerações Finais

O acompanhamento e a escuta da trajetória de vida das mulheres usuárias de crack possibilitam o apontamento – como sinalizando também pela pesquisa da Fiocruz (Bastos & Bartoni, 2014) – da subalternidade que se expressa pela sequência de exclusões e violações de direitos integradas em seus contextos socioculturais.

Nesse sentido, o uso do crack em mulheres gestantes demonstra-se como uma discussão imprescindível no contexto das políticas públicas, considerando que foi identificado ao longo da revisão bibliográfica que a parte significativa da literatura sobre crack no Brasil não contempla as especificidades de gênero desse segmento.

O contexto de exclusão social que constitui majoritariamente a trajetória de vida dessas mulheres é singularizado também na vida da usuária que participou do processo de intervenção, destacando uma série de violações vivenciadas: evasão escolar e ausência de um acompanhamento diante esse fator; fragilidade nos vínculos familiares; a passagem contínua em diversos serviços públicos, no entanto a ausência de um acompanhamento especializado; o preconceito social; ausência de vínculo positivo com o pai; carência de informações e orientações sobre o uso de drogas, etc.

Avaliou-se que a ausência de políticas sociais efetivas na trajetória de vida da usuária e a sua condição de não reconhecimento como pessoa humana e de invisibilidade reforçou esse processo de exclusão e subalternidade.

No entanto, é importante destacar o avanço substancial quando a usuária é acolhida pelos serviços do SUS e do SUAS e respondendo as intervenções se posicionando diante as possibilidades e os diálogos estabelecidos.

SILVA, P.A.

A intersectorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua

Ressaltando-se a importância do vínculo que se estabeleceu com as equipes dos referidos serviços e o exercício diário de realizar ações que possibilitassem a escuta dessa usuária e o apontamento de suas singularidades e demandas.

Outra dimensão fundamental refere-se à dimensão da intersectorialidade entre os serviços da Assistência Social e da Saúde, que possibilitaram uma conduta de cuidado integral e psicossocial a essa usuária.

Durante as intervenções realizadas em conjunto com a usuária – antes e depois do período gestacional – foi possível perceber uma significativa exigência de atores da rede para que a usuária exercesse o papel materno, remetendo a uma perspectiva de instinto materno.

Nesse sentido, é importante ponderar que, diante do desejo de exercer a maternidade, se tornou fundamental desenvolver reflexões e condições que possibilitassem a resignificação desse lugar, considerando a ausência e a fragilidade no cuidado presentes no processo de vida da usuária.

Esse estudo permitiu compreender que discutir sobre o fenômeno em tela, singularizando a trajetória social das mulheres das classes marginalizadas de uma vida digna, implica na contribuição de discussões mais críticas, e conseqüentemente, na construção de políticas públicas orientadas por uma perspectiva de saberes práticos que viabilizem direitos sociais de cidadania.

Por fim, repensar os tratamentos de mulheres/mães usuárias de crack não condiz com a ideia de negação dos tratamentos existentes, ao passo que essa tomada reflexiva, potencializa e contribui no empenho de ações que visem alterar a própria condição de pessoa social dessas mulheres. .

REFERÊNCIAS

Bastos, F. I; Bertoni, N. 2014. **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?** / organizadores: Francisco Inácio Bastos, Neilane Bertoni. – Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

SILVA, P.A.

A intersectorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua

BRASIL, Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. **Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 15 de Abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Guia estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas** : Guia AD / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/Suas).** Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Nota Técnica N.º 01/2016/MDS/MSaúde. Assunto: **Nota Técnica conjunta sobre Diretrizes, Fluxo e Fluxograma para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/nota_tecnica/nt_conjunta_01_MDS_msaude.pdf>. Acesso em: 21 de Abril de 2018.

BRASIL. Portaria n. 4.279, de 30 de dezembro de 2010. **Estabelece diretrizes para organização da rede de atenção à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS),** 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html>. Acesso em: 20 de Abril de 2018.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. **Intersectorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática.** In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 92, p. 5-21, nov. 2007.

COSTA, I. I. O sujeito, os contextos e a abordagem psicossocial no uso de drogas. In: Senad/UFSC. (Org.). Curso de Prevenção dos Problemas Relacionados ao Uso de Drogas. 6ed. Florianópolis: Senad/UFSC-NUTE, 2014, v. 1, p. 47-65.

DEMO, P. Pobreza Política: **A pobreza mais intensa da pobreza brasileira.** Campinas/SP: Autores Associados, 2006.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional,**; 3ª edição; São Paulo, Cortez, 2000.

OLIEVENSTEIN, Claude. **A droga.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

OLIVEIRA, J.F; PAIVA, M.S. **Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV/AIDS em uma perspectiva de gênero.** Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro, v.11, n.4, p.625-631, 2007.

SILVA, P.A.

A intersectorialidade e o cuidado psicossocial: reflexões a partir de intervenções junto à mãe usuária de crack e com trajetória de rua

PONTES, R. N. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social.** In: **Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais: Módulo 4: O Trabalho do assistente social e as políticas sociais** – CEAD, Brasília, 2000.

SANTIAGO, J. **A droga do toxicômano: uma parceria cínica na era da ciência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SOUZA, J. (Org). **Crack e exclusão social.** Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 2016.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania:** para uma Sociologia Política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG. 2003.

A Ralé Brasileira. Quem é e Como Vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, M. R. R., OLIVEIRA, J. F., & NASCIMENTO, E. R. (2014). **A saúde de mulheres e o fenômeno das drogas em revistas brasileiras.** Texto Contexto Enferm. 23(1), 92-100. <Disponível: <http://www.redalyc.org/pdf/714/71430666011.pdf>>. Acesso em: 19 de Abril de 2018.

Wolle CC, Zilberman ML. Mulheres. In: Laranjeira R, Diehl AC, Cruz D. **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas.** Porto Alegre (RS): Artmed; 2011. p. 375-82.